

# Os principais apontamentos dos clássicos das ciências sociais para compreender os problemas sociais<sup>1</sup>

Heber Silveira Rocha<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Os primeiros teóricos da Sociologia são considerados clássicos porque as propostas que fizeram há mais de um século ainda possuem vitalidade interpretativa, mesmo com as inúmeras transformações sociais que ocorreram desde então.

Os expoentes das teorias clássicas sociológicas como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, não conseguem desvendar todos os fenômenos sociais, apresentam limitações teóricas e metodológicas, contudo, seu poder explicativo serve como alicerce para as novas perspectivas contemporâneas avançarem no pensamento sociológico.

Nas últimas décadas, muitas discussões foram realizadas sobre as características das novas formas de organização social que surgem em meio ao fenômeno da globalização, que diminui fronteiras e cria novos paradigmas, além de, muitas vezes, colocar em xeque a relevância das primeiras propostas dos teóricos clássicos.

Contudo, é inegável que os avanços que hoje existem no campo das ciências sociais, tomam por base os primeiros postulados de Durkheim, Weber e Marx. As concepções de ciência, indivíduo e sociedade, os métodos propostos e as

---

<sup>1</sup> Texto publicado na plataforma digital do GETIP Grupo de Estudos sobre Tecnologia e Inovação na Gestão Pública/EACH-USP. Disponível em <http://www.getip.net.br>

<sup>2</sup> Professor substituto da EACH-USP no curso de Gestão Ambiental. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP. Mestre em Administração Pública pela FGV-SP. Doutor em Ciência Política pelo IFCH-UNICAMP.

consequências práticas que essas primeiras teorias geraram ao longo dos anos foram os fundamentos que possibilitaram os avanços e aprofundamentos propostos por teóricos contemporâneos.

São muitos os métodos de pesquisa que existem na contemporaneidade, cada um deles consiste em um caminho tomado para a análise e compreensão da realidade como fenômeno social. Contudo, como aponta Araújo et al. (2009), a metodologia de pesquisa sociológica não se restringe a um conjunto de técnicas de pesquisa, mas ao método somado às teorias para compreensão das problemáticas sociais, em destaque às que são consideradas clássicas.

A importância desses teóricos fica evidente quando se percebe que seus postulados ainda são objetos de discussão, não somente na área das ciências sociais, mas em muitos outros campos que foram influenciados por eles.

Nesse sentido, o estudo, que se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo descrever os pressupostos teóricos e epistemológicos apresentados nas teorias sociológicas consideradas clássicas de Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx.

## **2. Os primeiros estudos sociológicos**

A sociologia se estabelece como ciência em meados do século XIX com as primeiras iniciativas de se compreender os inúmeros problemas sociais que estavam ocorrendo na Europa. Esses problemas surgiam em decorrência do período turbulento das grandes mudanças nas áreas das ciências, economia, política e religião que ocorriam e principalmente pelo grande processo da industrialização que marcou profundamente a organização social, alterando-a por completo e causando modificações que perduram até os dias atuais.

A mudança de uma realidade rural, que tinha como base o feudalismo e o trabalho artesanal, vida no campo e doméstica, para uma vida urbana que passa a

ter como base o trabalho industrializado, faz surgir a necessidade de uma nova ciência que consiga explicar a também nova realidade vivenciada socialmente.

Assim, as primeiras teorias da Sociologia se preocuparam principalmente em justificar as diferenças e desigualdades sociais que foram geradas por essas mudanças e em estudar a ordem e o progresso que precisavam ser estabelecidos. Essas teorias, partindo de uma atitude laica e pragmática, procuravam identificar os princípios que governavam a nova vida social, em contraste à ordem baseada em valores fundamentados no discurso religioso e uma cultura senhoril e rural que entrou em declínio, sendo suplantada por uma economia urbana, industrial, científica e racional.

Essas transformações colocaram a sociedade em estado de atenção, exigindo, dos governantes e dos filósofos sociais da época, o desenvolvimento de explicações racionais para os problemas que surgiam com as grandes mudanças ocorridas.

A primeira iniciativa de sistematização dos estudos sobre a sociedade em ciência foi o Positivismo postulado por Augusto Comte. O método proposto por Comte (1788-1857) trazia como princípio aplicar as regras utilizadas nas ciências naturais para a análise da sociedade, entendida como um organismo vivo. Com isso, surgem expressões como organismo social, fisiologia social, função social das partes, vida social, dentre outros.

Alguns anos mais tarde, mas na mesma linha positivista, Herbert Spencer (1820-1903), sob forte influência das ideias darwinianas, busca transpor a teoria da evolução para a realidade social. Spencer propõe ser a competição o motor do processo de adaptação dos organismos sociais e que se baseava em uma lei fundamental da matéria, a qual denominou de lei da persistência da força, isto é, a tendência natural de todas as coisas é, desde a primeira interação com forças externas, sair da homogeneidade.

Essa perspectiva teórico-metodológica que entende a sociedade como um sistema, cujas partes funcionam em conjunto para produzir a coesão social e que traz pressupostos filosóficos bem definidos, foi denominada funcionalismo.

A influência do funcionalismo na produção das ciências sociais foi significativa e, além de fundamentar o pensamento de Comte e Spencer, tem no pensador francês Émile Durkheim um dos seus principais teóricos.

### **Émile Durkheim**

Émile Durkheim (1858-1917) foi um sociólogo, psicólogo social e filósofo francês. Durante a vida manteve contato com Auguste Comte e Herbert Spencer, coincidindo o período em que viveu com o momento histórico de mudanças radicais pelo qual atravessava a Europa e que ressalta o estudo das bases da ordem social e do pacto entre os cidadãos, tais como: a difusão do socialismo; o vigoroso movimento operário; e a crise constante da República Francesa.

Durkheim propôs o estudo da sociedade a partir do paradigma da integração social. Por meio dela, surge uma tendência dos indivíduos coordenarem suas ações com as de outros indivíduos em baixo grau de conflito. Dentre suas principais obras estão: Da divisão do trabalho social; o suicídio, as regras do método sociológico.

Para Durkheim (2007), o objeto de estudo da sociologia são os *fatos sociais*, que são constituídos por características muito especiais: consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem. A ordem social não faz parte da natureza das coisas e não pode ser derivada das leis da natureza. A ordem social existe unicamente como produto da atividade humana.

Uma contribuição significativa de Durkheim (2007) é o estabelecimento de regras para a análise sociológica. A primeira delas e a mais fundamental é considerar os fatos sociais como coisas. Daí seguem-se algumas proposições para o método sociológico: afastar-se de quaisquer prenoções existentes; definir

previamente os fenômenos tratados a partir dos caracteres exteriores que lhes são comuns; e considerá-los da maneira mais objetiva possível, independentemente de suas manifestações individuais.

Seu principal trabalho é na reflexão da existência de uma consciência que transcende ao indivíduo, alcançando a coletividade. Ele parte do princípio que o homem seria apenas um animal selvagem que só se tornou humano porque se tornou sociável, ou seja, foi capaz de aprender normas e princípios de seu grupo (morais, religiosos, éticos etc) para poder conviver e integrar-se a ele. A este processo de aprendizagem, Durkheim (2007) chamou de socialização.

Durante a *socialização* é formada uma força coletiva exercida sobre um indivíduo, que faz com que este aja e viva de acordo com as normas da sociedade, o que Durkheim denominou de *consciência coletiva*. A *consciência coletiva* é o conjunto de valores, sentimentos, crenças e tradições de uma sociedade, preservado, respeitado e legitimado no decorrer de várias gerações. É a moral de determinada sociedade que exerce, sobre os indivíduos, uma coerção reforçando seus hábitos, costumes e *representações sociais* (Araújo.2009).

As *representações sociais* são as noções, ideias ou conceitos pelos quais os grupos sociais interpretam e expressam sua concepção de mundo. Resultam da combinação e associação de ideias e experiências das gerações anteriores, por meio de estruturas sociais já estabelecidas.

Essas estruturas, Durkheim (2007) denominou de *instituições sociais* e funcionam como um mecanismo de proteção da sociedade. Incluem a Família, a Escola, o Estado, a Igreja e, por essência, são conservadoras, agindo para controlar as mudanças, tendo como objetivo a manutenção da ordem social já estabelecida. As *instituições sociais* estabelecem o conjunto de regras e procedimentos socialmente reconhecidos, aceitos e sancionados pelo grupo social, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo, utilizando para isso, sanções positivas ou negativas.

Para Durkheim (2007) tudo na sociedade está interligado, qualquer alteração afeta a sociedade como um todo. Se algo não vai bem em algum setor da sociedade, toda ela sentirá as suas consequências. Tudo que vier a fugir ao funcionamento padrão estável e controlável da sociedade é entendido pelo autor como patológico e pode conduzir à *anomia social*.

A *anomia social* é um estado de falta de objetivos definidos, ocasionando uma perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorridas no mundo social moderno e que se caracteriza pela ausência de normas ou pelas vacância de organização.

Com o nascimento e estabelecimento do capitalismo, tendo como base a racionalidade como única forma aceita para explicar o mundo, há um abrupto rompimento com os valores ligados à forte tradição religiosa ainda oriunda do período medieval. Esse rompimento com referências normativas que predominaram durante séculos criam espaços anônimos, pelos quais a solidariedade enfraquece e, em consequência, provoca um desequilíbrio entre as necessidades dos indivíduos e os meios para sua satisfação.

Para Durkheim (2007), os *atos sociais* são forças coercitivas, externas ao indivíduo e que determinam sua maneira de agir, de pensar e de sentir, impondo-se a ele. São fatos sociais as regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros, as vidas de comunicação, a maneira como se constroem as casas, as vestimentas de um povo e suas inúmeras formas de expressão, dentre muitos aspectos existentes na sociedade.

Contudo, nem todos os fatos podem ser considerados *atos sociais*, existem também os fatos orgânicos, que são próprios da natureza da espécie. Para que os fatos sejam considerados *atos sociais* devem ser consideradas três características: a **generalidade**, isto é, os fatos devem ser de natureza coletiva, não pertinente ao indivíduo especialmente; a **exterioridade**, isto é, o fato existe antes do indivíduo e continuará a existir após ele, é exterior e independentes; e a **coercitividade**, que se caracteriza pela força que existe e se sobrepõe às vontades do indivíduo pelas sanções, que podem ser classificadas como sanções legais,

quando estabelecidas pelas instituições sociais, ou como sanções espontâneas, quando provenientes das manifestações espontâneas dos indivíduos (Durkheim, 2007).

O **método** proposto por Durkheim (2007) carrega em si três características fundamentais: é um método independente e desvinculado com qualquer visão ideológica social; é um método fundamentado na ideia de que todos os fatos sociais devem ser tratados como coisas; é um método exclusivamente sociológico, sem derivação de qualquer área científica que não seja ela mesma.

#### **4. Max Weber**

Max Weber foi um pensador alemão, jurista, economista e um dos fundadores da Sociologia. Esteve presente nas negociações do Tratado de Versalhes, em 1919, e participou ativamente na redação da constituição de Weimar.

Dentre as obras de Weber destacam-se A ética protestante e o espírito do capitalismo, Economia e Sociedade e A Política como vocação.

Weber (2010) destaca que a ciência contribui com a vida do indivíduo ao oferecer-lhe meios de domínio prático da realidade, a capacidade de avaliar meios e fins e, acima de tudo, meios para pensar de forma lógica, sistemática e clara. Com base nesses princípios, o teórico interpreta as bases que fundamentam a sociedade moderna ocidental e propõe a ciência fazer parte de um processo histórico de racionalização e intelectualização da vida.

Esse processo postulado por Weber (2010) ocorreria pela desmagificação da religiosidade, o que denominou como desencantamento do mundo. No mundo desencantado, cada um deve se dedicar e assumir responsabilidades diante do seu cotidiano, o que seria a única forma de dar sentido à sua existência.

Weber e Durkheim se diferenciam nos seguintes aspectos: para Weber (2010) a pesquisa histórica é essencial para a compreensão das sociedades, pois permite o entendimento das diferenças sociais, respeitando o que há de específico de cada formação social. Para tanto, a compreensão é o que possibilita ao cientista atribuir aos fatos aparentemente desconexos um sentido social e histórico.

Em Weber (2007), a sociedade é resultado das interações entre indivíduos e, por isso, formula conceitos que irão definir sua metodologia, tais como: **compreensão, ação social, relação social, tipo ideal, dominação, estratificação social e burocracia.**

**A compreensão é o fundamento analítico da teoria de Weber (2010).**

Para interpretar o mundo social, importa compreender a ação dos seres humanos, não simplesmente pelas causas e pressões exteriores, mas do ponto de vista do sentido e dos valores dessas ações. Assim, todo indivíduo, ao agir, é guiado por motivações baseadas em valores, oriundos do processo de socialização e são pertinentes à cultura, tradições, costumes etc. O cientista deve estudar esses possíveis valores da ação humana presentes na realidade social, que é o que interessa à análise. Para Weber (2010) existe uma parcialidade na análise sociológica, não há neutralidade científica, não é possível abster-se das prenoções, como queria Durkheim.

Weber (1982) entende a sociedade como processo de interação social, pode ocorrer por duas formas de agir: em comunidade, quando o agir que se baseia nas expectativas que se tem com relação aos comportamentos dos outros; e em sociedade, quando o agir se baseia nos regulamentos sociais estabelecidos. Nesse sentido, o teórico entende que não existe oposição entre indivíduo e sociedade, pois as normas sociais só se tornam concretas quando se manifestam em cada indivíduo sob a forma de motivação que gera uma ação social.

A ação social não é uma ação qualquer é uma ação com sentido. É a conduta humana subjetivamente elaborada, pois é o indivíduo que dá sentido à sua ação social. Este estabelece a ligação entre o motivo da ação, a ação em si e os efeitos dessa ação (WEBER, 1982).



Outro conceito importante é o da **relação social**. Para Weber (1982) uma **relação social** ocorre apenas quando há possibilidade de que uma determinada condição social tenha, em algum momento, seu sentido partilhado pelos sujeitos envolvidos, como por exemplo a amizade, as trocas comerciais, a concorrência econômica, as relações afetivas, as relações políticas. **O que caracteriza a relação social é que o sentido das ações sociais a ela associadas pode ser compreendido pelos diversos agentes de uma sociedade.** As condutas de uns e de outros orientam-se por esse sentido, embora não tenham que ter reciprocidade no que diz respeito ao conteúdo.

A realidade social é complexa, caótica e foge ao controle humano, por isso o sujeito que a investiga é o seu ordenador. A finita mente humana a ordena, criando conceitos particulares das situações históricas e culturais. Essas construções conceituais são ideias e proposições que caracterizam a realidade social, tipificando-a, e servindo como modelo para análise da sociedade, o que Weber (1982) denominou de **tipos ideais**.

Na construção de um **tipo ideal**, Weber (1982) **seleciona aspectos da ação humana que considera culturalmente relevantes para o estudo e os utiliza com base em sua análise.** Esses aspectos são escolhidos conforme valores próprios. Entre os tipos ideias elaboradas por Weber estão: **o capitalismo ocidental, que se distingue por sua racionalidade presente nas ações sociais mais simples; a burocracia, típica dos Estados Modernos; a dominação, como fenômeno berço do poder e a ação social.**

Outro conceito central na teoria weberiana é o **da estratificação social**, que é a **classificação das pessoas em grupos definidos por desigualdades econômicas, sociais, políticas ou ideológicas existentes em uma mesma sociedade.** Por meio do conceito de **estamento**, Weber (1982) revela o grau de estima, honra e prestígio como o critério social de aferição do sentimento de pertença a determinado grupo e seus estilos de vida.

De acordo com Weber (1982) a **estratificação social** pode se estabelecer de três formas distintas, mas que influenciam umas às outras: pela ordem econômica, dividida em classes, por meio da renda e que envolve interesses econômicos, as relações de produção e a aquisição de bens; pela ordem social, dividida por status, por meio do prestígio, que envolve a honra social conforme conferida pelo próprio grupo e que se manifesta pelos modos de ser, falar, ler, comprar e conviver; e pela ordem política, dividida pela capacidade de influência, por meio do poder e que envolve representações político-partidárias, a adesão voluntária e as vantagens materiais que pode se obter com ela.

## 5. Karl Marx

Marx foi (1818-1883) foi economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista alemão, considerado um dos fundadores do comunismo moderno. O pensamento de Marx teve grande influência em inúmeras áreas, que vão desde a Filosofia, História, Direito, Sociologia até a Literatura, Pedagogia, Ciência Política, Economia, etc.

Dentre as muitas obras de Marx, *O Capital* é uma das mais conhecidas e importantes. Nela o autor discorre sobre a sociedade capitalista da época. Além disso, há outros livros importantes como *O Manifesto Comunista* e *o 18 Brumário*.

No materialismo histórico proposto por Marx e Engels, ao estudar determinado fato histórico, é necessário que o pesquisador identifique os aspectos dialéticos e contraditórios responsáveis pela sua transformação em um *fato novo*, o que proporciona continuidade ao processo histórico. *A relação dialética* dos fenômenos físicos, do ambiente e dos organismos moldam a cultura, a sociedade, os animais e seres humanos, sendo também modificados por eles. A ideia é o que há implicação direta do material com o social e o psicológico.

**A dialética** constitui uma *forma de interpretar a realidade que se entende em constante mudança pela relação de termos contrários, tese e antítese*, que dão origem ao um terceiro que os concilia, a **síntese**; e que ao mesmo tempo instaura

um novo processo de dialético, pois a síntese ao mesmo tempo, constitui uma nova tese.

Para *Hegel* (1980), a dialética se manifesta na própria história, em que o Estado moderno é a síntese de interesses em conflito entre família e sociedade civil. Contudo, como idealista Hegel acreditava que a razão era determinante da realidade objetiva, ou seja, a realidade histórica desenvolveu-se pela manifestação da razão, em processo contínuo de superação de si mesma desencadeado pelo conflito produzido pelas contradições inerentes à sua existência.

Marx e Engels (2001), como materialistas, pensavam **opostamente a Hegel**, ou seja, entendiam que o mundo material é que condicionava a ideia que se produz dele, por isso sua concepção ficou conhecida como materialismo dialético. *A originalidade de Marx e Engels foi propor a análise das relações sociais e econômicas, isto é, os fundamentos materiais e concretos da sociedade é que formam uma estrutura que explicava fatos históricos e culturais*, por meio de movimentos históricos que ocorrem de acordo com as condições e necessidades materiais da vida.

Os resultados dessa atividade são acumulados e transmitidos por meio da cultura, que alimenta a ação produtiva das futuras gerações humanizando a natureza e a si próprio. Esse processo de produção e reprodução da vida é definido como trabalho. É no trabalho, primordialmente nas sociedades capitalistas que, para Marx (2004), ocorre o que ele denominou de alienação. Para o teórico, o fato econômico é o estranhamento a ele, e que pertence a outro homem, que o subjugua. Esse processo é o que caracteriza a relação social de ordem capitalista.

Desse modo, o trabalho produtivo torna-se uma obrigação para o proletariado, pois não sendo possuidor dos meios de produção, é compelido a dispor de sua atividade vital, ou seja, o trabalhador e suas propriedades exclusivamente humanas passam a existir somente para o capital. Se sua energia não é revertida ao trabalho, não há salário e, sem salário, não há existência (2004).

Nesse processo, Marx (2006) define a sociedade como infraestrutura (constituída pela relação dialética entre o conjunto das relações de produção, que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas), e o Estado, como superestrutura (como conjunto das instituições jurídicas, políticas e por determinadas formas de consciência social ou ideologia).

A relação entre a sociedade e o Estado resulta em um determinado nível de desenvolvimento econômico que está ligado à divisão da sociedade em classes. Assim, para Marx, o Estado nasce da luta de classes.

Outro conceito marxista é o de mais-valia denominado de mais-valia a diferença entre o valor pago ao trabalhador e o valor do trabalho produzido (incorporado às mercadorias produzidas) e o valor do trabalho produzido. É uma forma disfarçada de transferência de um excedente financeiro lucrativo para aquele que possui o meio de produção. A mais-valia é a base para os lucros, os juros das aplicações financeiras e para todas as formas de rendimentos vinculados à propriedade. É o fundamento da divisão das classes sociais capitalistas.

De acordo com Marx e Engels, os meios de produção, em conjunto com as forças produtivas, são a base material da sociedade capitalista. Os meios de produção constituem o conjunto de instrumentos de produção incluem máquinas, ferramentas, instalações (ex.fábricas, indústrias, armazéns), infraestrutura (ex. água, luz, tecnologias, transportes), dentre outros; os objetos de trabalho incluem recursos naturais como água, terra e outras matérias primas que são utilizadas nos meios de produção.

Marx busca superar a questão da desigualdade e da exploração existente na sociedade capitalista por um sistema econômico social baseado na propriedade comum e na distribuição das riquezas, o comunismo. Para tanto, seria necessário, a constituição dos proletários em classe, a derrubada da supremacia burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado. A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade, o que para sua efetivação plena implicaria a extinção do Estado (Marx; Engels, 2006).

## **A análise das sociedade nas relações entre Estado e sociedade**

Ao explorar as bases sociais de processos políticos e das relações entre Estado e sociedade, a contribuição teórica da Sociologia é particularmente relevante para as análises das interações entre estrutura social e instituições políticas, dos grupos sociais e das normas sociais. Estudos sobre a estrutura social, estratificação e desigualdades sociais vêm sendo objeto de análise da Sociologia desde os clássicos (Durkheim, 1999; Marx, 1964; Weber, 1977). Um dos resultados dessas investigações foi a constatação de que existem oportunidades desiguais de acesso a bens e serviços individuais e coletivos e que disso decorrem possibilidades diferenciadas de exercícios de influência sobre os processos políticos.

Se por um lado, o marxismo atribui ao sistema econômico capitalista a explicação fundamental para tais desigualdades, teorias sociológicas inspiradas nas obras de Durkheim e Weber as associam, respectivamente, a processos de diferenciação social que asseguram a integração funcional das sociedades e a fatores econômicos e extra econômicos como status social e filiação político-partidária. No entanto, mesmo as vertentes teóricas neomarxistas incorporam “recursos de poder”, derivados da esfera política, na explicação de alterações na estratificação social nas sociedades contemporâneas (Offe, 1989; Touraine, 1981). Isso porque consideram que a ação política amplia os recursos organizativos dos trabalhadores ou dos movimentos sociais dos trabalhadores ou dos movimentos sociais e assim, através da ação coletiva, os integrantes de estratos sociais inferiores, ao aumentar seu grau de influência política nas democracias, podem produzir políticas que favoreçam a redução de desigualdades sociais.

Sociólogos contemporâneo como Bourdieu (1989), Giddens (1989) e Luhmann (1991) analisam com lentes teóricas diversas, como os diversos “campos”, sistemas e subsistemas sociais, nas sociedades ocidentais contemporâneas, se instituem como estruturas sociais assimétricas baseadas em critérios especializados, pertinentes ao conteúdo em questão (setor educacional, área

hospitalar, por exemplo), e em regras de distinção entre os que ocupam posições nessas estruturas. Os critérios de diferenciação e de estabelecimento de hierarquias sociais são considerados, em geral, como fundamentados na posse desigual de recursos e posição social que os indivíduos e grupos ocupam uns em relação aos outros nas estruturas sociais. Em geral, aqueles que estão no topo das hierarquias sociais de um dado campo, sistema ou subsistema têm mais facilidade de ocupar posições superiores em outros por meio de mecanismos de conversão de seus estoques de recursos através de fronteiras sistêmicas (Piellon 1999). Esses indivíduos e grupos podem facilmente expressar suas preferências, exercer influência sobre os decisores políticos em macrossistemas e subsistemas políticos, participar da formação de agendas governamentais e exercer certo controle sobre o modo como são implementadas as políticas públicas.

A colaboração da Sociologia para a análise dos grupos sociais pode ser dividida em dois tipos de vertentes analíticas: a das identidades sociais e a dos atores sociais. As identidades sociais se referem aos estudos que examinaram a constituição de grupos sociais que podem demandar ou ser objeto de políticas públicas. Os estudos sobre o tema acentuam, em geral, o caráter relacional da construção de identidades sociais. Para existir, uma identidade necessita da outra, que demarque a diferença, explicitando o que ela não é.

Recentemente, as teorias do reconhecimento e da construção de identidades e alteridades sociais têm colaborado para o entendimento do fenômeno. O termo “reconhecimento” se refere ao processo através do qual, a partir das relações intersubjetivas nas quais um sujeito se impõe e se contrapõe a outro, identidades individuais e coletivas são afirmadas (Honneth, 2003; Taylor, 1994).

A luta por reconhecimento é entendida a partir de um modelo de ação coletiva no qual o desrespeito, o não reconhecimento e a dominação cultural (Fraser, 2001) de uma determinada forma de ser no mundo ensejam “um conflito cujo principal resultado é a ‘evolução moral’ da sociedade” (Figueiredo, 2008, p. 17).

Essa vertente de análise subsidia o estudo de processos de construção de novas identidades sociais. Intensas migrações, transformações econômicas,

culturais e no mercado de trabalho acirraram lutas pelo reconhecimento, propiciando a constituição de novos atores coletivos: as pessoas com deficiência, os portadores de patologias, os povos indígenas, os transgeneros, os usuários de saúde ou assistência social. Os novos atores têm sido objetos de estudo da Sociologia, que examina suas ideias, os discursos produzidos por e sobre eles, sua ação política e o próprio processo de construção desses grupos a partir da ação estatal que os reconhece e os institui como beneficiários das políticas e como atores socioestatais.

A sociologia política tem empregado frequentemente o conceito de atores estatais e socioestatais - da sociedade civil e de mercado - para classificar grupos sociais que agem na esfera política. A origem direta de seu uso está na interface entre os debates sobre sociedade civil e a teoria democrática (Cohen; Arato, 1992), mas a fonte teórica pode ser encontrada nos estudos de Gramsci (2004), Touraine (1981) e Melucci (1985) sobre a sociedade civil e, principalmente, na concepção deliberativa da esfera pública de Habermas (1989) e seus seguidores (Cohen, 2003). Tomando por base a distinção dos habermasianos entre sistema e mundo-da-vida e suas implicações institucionais (Cohen; Arato, 1992, cap. 9), o argumento utilizado é o de que as instituições e os atores pertencentes aos dois subsistemas coordenados por via do poder e do dinheiro - Estado e economia da capitalista de mercado - estão sujeitos a uma série de restrições que não afetam os atores da sociedade civil (Cohen, 2003).

Nas últimas duas décadas do século XX, a noção de “rede” se tornou paradigmática tanto na Sociologia, quanto na análise de políticas públicas. A ideia de que existem atores cuja natureza não permite que sua posição no contexto da política pública seja determinada em relação ao Estado, ao mercado ou à sociedade civil. Esse seria o caso das comunidades de políticas públicas (policy communities) que agem em contextos de redes de políticas públicas (policy networks). A sociologia tem privilegiado o estudo de redes sociais (Castells, 1999; Melucci, 2001; McAdam, 2003) cujas fronteiras localizam-se principalmente no âmbito societal.

As comunidades de políticas públicas são atores em rede que não podem ser situados como societais ou estatais, pois atravessam as fronteiras entre Estado e

sociedade. Eles se constituem a partir das relações de atores individuais e coletivos no interior de redes existentes em áreas específicas de políticas públicas. Como afirmam os analistas de políticas públicas Baumgartner e Jones, elas podem ser denominadas “como triângulos de ferro, nichos temáticos, subsistemas políticos, redes temáticas”, mas qualquer que seja a denominação adotada, ela se refere a uma comunidade de especialistas operando fora do processo político visível, em contextos nos quais a maior parte das questões de cada política setorial específica é tratada no interior de uma comunidade de experts (Baumgartner e Jones, 2007)

## REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARX, Karl. O Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

[https://www.researchgate.net/profile/Jefferson-Baptista-Macedo/publication/293389783\\_Teorias\\_classicas\\_da\\_Sociologia\\_contribuicoes\\_de\\_Durkheim\\_Weber\\_e\\_Marx\\_para\\_o\\_pensamento\\_sociologico/links/57e4a6d508ae25aa0208e38d/Teorias-classicas-da-Sociologia-contribuicoes-de-Durkheim-Weber-e-Marx-para-o-pensamento-sociologico.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jefferson-Baptista-Macedo/publication/293389783_Teorias_classicas_da_Sociologia_contribuicoes_de_Durkheim_Weber_e_Marx_para_o_pensamento_sociologico/links/57e4a6d508ae25aa0208e38d/Teorias-classicas-da-Sociologia-contribuicoes-de-Durkheim-Weber-e-Marx-para-o-pensamento-sociologico.pdf)

[https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/18552816022012Sociologia\\_I\\_Aula\\_5.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/18552816022012Sociologia_I_Aula_5.pdf)

imprimir o trabalho e levar



[https://www.researchgate.net/profile/Jefferson-Baptista-Macedo/publication/293389783\\_Teorias\\_classicas\\_da\\_Sociologia\\_contribuicoes\\_de\\_Durkheim\\_Weber\\_e\\_Marx\\_para\\_o\\_pensamento\\_sociologico/links/57e4a6d508ae25aa0208e38d/Teorias-classicas-da-Sociologia-contribuicoes-de-Durkheim-Weber-e-Marx-para-o-pensamento-sociologico.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jefferson-Baptista-Macedo/publication/293389783_Teorias_classicas_da_Sociologia_contribuicoes_de_Durkheim_Weber_e_Marx_para_o_pensamento_sociologico/links/57e4a6d508ae25aa0208e38d/Teorias-classicas-da-Sociologia-contribuicoes-de-Durkheim-Weber-e-Marx-para-o-pensamento-sociologico.pdf)

\*\*\*\*\*